

## Síntese das Recomendações de Controle Interno

RECOMENDAÇÕES SECIN/COAVO/SEADE	ASSUNTO	SITUAÇÃO	HIPERLINKS
<b>Recomendação de Controle Interno nº 1/2015</b>	Gestão dos recursos provisionados na conta vinculada, disponibilizando ao Gestor/Fiscal boas práticas para o efetivo desempenho da função de gerir recursos da conta e suas movimentações, e, ainda, objetivando a clara definição das atividades a serem exercidas pelas unidades administrativas do Superior Tribunal Militar (STM) e das Auditorias da Justiça Militar da União (JMU).	Revogada pela RCI nº 3/2018	<a href="#">RCI nº 1/2015</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 2/2015</b>	Gestão dos recursos provisionados na conta vinculada, disponibilizando ao Gestor/Fiscal boas práticas para o efetivo desempenho da função de gerir recursos da conta e suas movimentações, e, ainda, objetivando a clara definição das atividades a serem exercidas pelas unidades administrativas do Superior Tribunal Militar (STM) e das Auditorias da Justiça Militar da União (JMU).	Revogada pela RCI nº 3/2018	<a href="#">RCI nº 2/2015</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 3/2015</b>	Tramitação de documentos emitidos pela Secretaria de Controle Interno (SECIN).	Em vigor	<a href="#">RCI nº 3/2015</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 4/2015</b>	Análise da Planilha de Custos e Formação de Preços após assinatura do contrato.	Em vigor	<a href="#">RCI nº 4/2015</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 1/2016</b>	Procedimentos relativos à Prorrogação Contratual de Serviços Contínuos.	Em Vigor	<a href="#">RCI nº 1/2016</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 3/2016</b>	Padronização de procedimentos referentes a sanções administrativas em licitações e contratos e registro dessas penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor (SICAF). Objetivando, ainda, apresentar diretrizes básicas sobre o entendimento técnico e gerencial na condução dos processos administrativos sancionatórios no âmbito da Justiça Militar da União (JMU).	Em vigor	<a href="#">RCI nº 3/2016</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 4/2016</b>	Padronização de procedimentos administrativos relativos ao reequilíbrio econômico - financeiro (repactuação, revisão e reajuste).	Em vigor	<a href="#">RCI nº 4/2016</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 5/2016</b>	Aumentar a eficiência, a eficácia, bem como ajustar os sistemas de controles internos administrativos dos Órgãos da Justiça Militar da União (JMU) alinhados ao Parecer SECIN nº 2/2013, e também padronizar os procedimentos relativos à conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.	Em vigor	<a href="#">RCI nº 5/2016</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 1/2018</b>	Padronização de um modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) nos editais de licitação e contratos administrativos de terceirização de mão de obra	Em vigor	<a href="#">RCI nº 1/2018</a>
<b>Recomendação de Controle Interno nº 2/2018</b>	Informar as unidades gestoras sobre a possível alteração nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos administrativos referentes à prestação de serviços de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra. Bem como orientar a Administração, na sua condição de responsável pelo aperfeiçoamento da atuação administrativa na estrutura organizacional em que se insere, para ajustar os contratos vigentes de prestação de serviços, de forma a atender ao novo dispositivo legal que é a Lei nº <a href="#">13.467/2017</a> e a MP <a href="#">808/2017</a> , que tratam sobre a Reforma Trabalhista.	Em vigor	<a href="#">RCI nº 2/2018</a>

## Síntese das Recomendações de Controle Interno

<b>Recomendação de Controle Interno nº 3/2018</b>	Uniformização dos procedimentos operacionais referentes à gestão dos recursos provisionados na conta-depósito vinculada, objeto de mitigação de riscos para a União, disponibilizando ao fiscal/gestor boas práticas para o efetivo desempenho da função de gerir os recursos da conta-depósito vinculada e suas movimentações, e, ainda, objetivando a clara definição das atividades a serem exercidas pelas unidades administrativas do STM e das Auditorias e Foros da JMU	Em vigor	<a href="#">RCI nº 3/2018</a>
---	--	----------	-------------------------------